

OBSTACULOS NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM CONDIÇÕES ESPECIAIS: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA EDUCACIONAL E PSICOLÓGICA

Maria Eduarda Sousa Viana ¹
Hadson Hellen Souto Ramos ²
Yasmin dos Santos Nascimento ³
Beatriz Alves Viana ⁴

INTRODUÇÃO

A urgência em compreender e lidar com as nuances do cenário educacional e psicológico em relação à inclusão motiva a escolha deste tema. Reconhecer a relevância desse enfoque é crucial, pois a inclusão não apenas espelha os princípios fundamentais de equidade e justiça social, mas também influi diretamente no progresso pessoal e coletivo de cada integrante da comunidade escolar. Nesse sentido, investigar os obstáculos que dificultam a efetiva inclusão se torna uma tarefa primordial para impulsionar transformações significativas e edificar um ambiente escolar mais acolhedor e equitativo para todos os envolvidos.

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, a qual institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, atualmente aborda a inclusão escolar infantil e sua importância na educação em relação à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais (Moreno, 2017). Todas as pessoas possuem necessidades diferentes quando o quesito é aprendizagem. Cada discente tem uma identidade que não pode ser comparada, rotulada ou padronizada, pois é um sujeito único e dotado de características que não podem ser categorizadas e hierarquizadas (Castro, 2019).

Diante dos inúmeros desafios da inclusão de crianças com condições especiais no âmbito educacional, caracteriza-se pela diversidade de obstáculos, tanto no aspecto educacional quanto psicológico. A diversidade é o que nos iguala e a escola deve reconhecer valorizar e aceitar o educando, além de se constituir em um espaço aberto, plural e democrático (Castro, 2019). No contexto educacional, existem barreiras

¹ Graduanda do Curso de ciências biológicas da Universidade Estadual do Ceará - CE, eduarda.viana@aluno.uece.br;

² Graduando pelo Curso de ciencias biologicas da Universidade Estadual do Ceará - CE, hadson.hellen@aluno.uece.br;

³ Graduanda do curso de ciências biológicas da Universidade Estadual do – CE, yasmim.nascimento@aluno.uece.br;

⁴ Doutora pelo Curso de psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro- , beatrizalvez@uece.br;

quanto à ausência de recursos, falta de formação para professores especializados e ausência de materiais didáticos inclusivos, sendo estes obstáculos relevantes. Psicologicamente, existe a falta de compreensão que afeta diretamente a convivência com essas crianças, o estigma social caracterizado pelo preconceito e a falta de profissionais da área.

A busca pela inclusão de crianças com condições especiais reside na construção de uma sociedade inclusiva e diversificada. Advém de uma luta histórica, consolidando-se, expressivamente, enquanto movimento social, mundialmente conhecido, com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Barros et al., 2015). Ao superar os desafios encontrados, estamos investindo no desenvolvimento social, com cidadãos empáticos, que respeitam a diversidade.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as práticas educacionais existentes, identificando barreiras e oportunidades, a fim de compreender como a inclusão de crianças com condições especiais é abordada no ambiente escolar, considerando aspectos educacionais e psicológicos, a fim de traçar estratégias eficazes para promover um ambiente escolar inclusivo e favorável ao desenvolvimento dessas crianças.

O estudo adotou uma abordagem bibliográfica, utilizando de levantamento e análise de dados publicados sobre o tema pesquisado, com o intuito de identificar padrões e lacunas no entendimento do assunto.

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS OBSTÁCULOS DENTRO DA PERSPECTIVA EDUCACIONAL

A partir dos anos 90, a Educação Inclusiva passou a ser reconhecida como uma diretriz educacional prioritária na maioria dos países, com a aprovação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, Tailândia) e da Declaração de Salamanca.

Dentro do contexto de “educação especial” e “acessibilidade” existem situações que podem atuar fortemente na construção da não sensibilização, pois, na maioria das vezes o bullying pode ser reforçado pela ausência de ferramentas para a acessibilidade nos demais ambientes escolares, tornando o discente “restrito” aos ambientes de ensino-aprendizagem, os quais eram pra ser de livre acesso para todos e limitando o acesso e interação aos demais.

Ja no contexto social, existem diversas situações que contribuem no reforço negativo de estigmas sociais responsáveis pela discriminação e preconceito escolar, como a participação dos pais em movimentos que são contra participação de alunos com algum tipo de deficiência por acharem que irão baixar o rendimento de seus filhos e até mesmo da instituição. Ao longo da história, verifica-se que a educação especial esteve marcada, inicialmente, pela segregação e exclusão. As pessoas com deficiências eram, muitas vezes, ignoradas, abandonadas, encarceradas e até mesmo eliminadas (OLIVEIRA *et al.*, 2017). Ao saber que existem situações que reforçam os estigmas sociais negativos, torna-se necessário o investimento público e particular em meios de intervenção para a inclusão de crianças com deficiência no meio social em ambientes como as escolas

Conforme destacado por Carmo (2011), um dos principais desafios na promoção da inclusão nas escolas é a necessidade de uma constante melhoria na capacitação dos professores, já que muitos deles não estão adequadamente preparados para lidar com as demandas emergentes de inclusão na sala de aula regular. Além disso, é evidente a percepção dos educadores quanto à carência de metodologias e abordagens pedagógicas para lidar com a crescente diversidade de alunos, sendo inadequado avaliar todos de forma igualitária, uma vez que cada indivíduo possui ritmos e estilos de aprendizagem únicos e singulares.

Dentro deste contexto é necessário ressaltar a importância da capacitação profissional de uma equipe multidisciplinar de profissionais, já que o ambiente escolar não se resume somente as salas de aula. A interação entre os alunos dentro e fora da sala de aula são extremamente importantes, pois uma das coisas que nos tornam todos iguais são as diferenças. As interações estabelecidas em sala de aula entre professor-aluno e aluno-aluno revelam-se imprescindíveis para o processo de aprendizagem, ou seja, entende-se que a aprendizagem depende da interação (Frison, 2013). Além das interações, é necessária a aplicação de atividades práticas em grupo, pois o aluno consegue ter uma melhor percepção e desenvolver melhor a aprendizagem a partir do contato com o objeto de estudo e com os demais alunos.

1.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL DENTRO DA PERSPECTIVA PSICOLÓGICA

Aprovada em dezembro, a Lei nº 13.935/2019 determina que o Poder Público assegure o atendimento psicológico e socioassistencial aos alunos da rede pública de educação básica. A regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil foi estabelecida pela Lei nº 4119 em 27 de agosto de 1962. Essa legislação foi responsável por oficializar

os cursos de graduação em psicologia no país, inicialmente com um enfoque predominantemente clínico.

Desde os primórdios da colonização, é possível traçar a trajetória da psicologia escolar e educacional no Brasil. Ao longo do tempo, essa área tem passado por transformações significativas, especialmente no que diz respeito ao modelo de atuação dos psicólogos. Segundo Andrada (2005), é imprescindível que o psicólogo escolar repense o antigo paradigma que norteava sua prática. Durante anos, predominou a concepção de que o papel desse profissional se limitava à aplicação de testes para classificar os alunos como aptos ou inaptos, o que refletia um pensamento segregacionista e excludente.

Dentro do âmbito profissional existem diversas situações negativas enfrentadas pelos profissionais da psicologia que impactam diretamente no bom desenvolvimento da psicologia dentro da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Inclusiva emergiu como uma diretriz prioritária na maioria dos países desde os anos 90, evidenciada pela aprovação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos e da Declaração de Salamanca. Essa abordagem visa qualificar todas as crianças e jovens, reconhecendo suas diferenças individuais, em um ambiente de ensino-aprendizagem que promova a diversidade e a inclusão. No entanto, diversos obstáculos surgem dentro deste contexto, tanto no âmbito educacional quanto social.

No cenário educacional, a falta de ferramentas de acessibilidade nos ambientes escolares pode reforçar a segregação, limitando o acesso e a interação dos alunos com deficiência aos demais. Além disso, a persistência de estigmas sociais contribui para a discriminação e o preconceito escolar, como evidenciado pela participação de alguns pais em movimentos contrários à inclusão de alunos com deficiência, por temerem uma suposta queda no rendimento acadêmicos. Essa resistência reflete uma história marcada pela exclusão e segregação das pessoas com deficiência, destacando a necessidade urgente de transformações significativas nos sistemas educacionais.

Neste contexto, a capacitação dos professores é fundamental para promover uma verdadeira inclusão nas escolas. Muitos educadores não estão devidamente preparados para lidar com a diversidade de alunos em sala de aula, carecendo de metodologias e abordagens pedagógicas adequadas. É essencial reconhecer que cada indivíduo possui ritmos e estilos de aprendizagem únicos, tornando inadequada a avaliação igualitária de

todos os alunos. Portanto, a capacitação dos professores deve ir além da simples adoção de novas técnicas, envolvendo uma conscientização mais ampla para enfrentar os desafios da inclusão com preparo e competência.

Por outro lado, a perspectiva psicológica também desempenha um papel crucial na promoção da inclusão educacional. A Lei nº 13.935/2019, que assegura o atendimento psicológico aos alunos da rede pública, representa um avanço significativo nesse sentido. No entanto, a trajetória da psicologia escolar e educacional no Brasil revela uma evolução necessária no modelo de atuação dos psicólogos. Durante muito tempo, predominou uma concepção limitada do papel desses profissionais, centrada na aplicação de testes para classificar os alunos, o que refletia um pensamento segregacionista.

É fundamental que os psicólogos escolares repensem esse antigo paradigma, ampliando seu papel para além da avaliação e disciplina dos alunos. Isso implica uma abordagem mais holística, que considere a relação entre saúde e educação, prevenção e tratamento, indo ao encontro dos princípios da Educação Inclusiva. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação deve ser compreendida em seu contexto mais amplo, implicando uma ampliação no olhar e na prática dos profissionais da psicologia escolar e educacional.

Portanto, diante dos desafios apresentados no âmbito educacional e psicológico, é necessário um esforço conjunto de governos, sistemas escolares, professores, psicólogos e demais profissionais da educação para promover uma verdadeira inclusão e garantir o pleno desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, o estudo aborda não apenas a evolução da Educação Inclusiva e a importância da capacitação dos professores, mas também destaca os obstáculos enfrentados nesse processo. Tais obstáculos incluem a falta de ferramentas de acessibilidade nos ambientes escolares, o reforço negativo de estigmas sociais que levam à discriminação e preconceito, bem como a necessidade de uma mudança de paradigma na atuação dos psicólogos escolares, que historicamente se limitavam à aplicação de testes segregacionistas. Esses desafios exigem uma abordagem holística e uma conscientização mais ampla para promover uma verdadeira inclusão e garantir o pleno desenvolvimento de todos os alunos. A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais

importantes, tendo em vista que nesta sessão, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Condições especiais

REFERÊNCIAS

ANDRADA, Edla Grisard Caldeira. Novos paradigmas na prática do psicólogo Escolar. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 2005, 18, pp. 196-199.

BARROS, Alessandra Belfort *et al.* **Dificuldades no processo de inclusão escolar:** percepções de professores e de alunos com deficiência visual em escolas públicas. 88. ed. São Paulo, Brasil: Bol. Acad. Paulista de Psicologia, 2015. 145-163 p. v. 5.

CARMO, A. A. **Inclusão escolar – roupa nova em corpo velho.** Integração. Brasília: MEC/SEESP, ano 13, n. 23, p. 43-48, 2001.

CASTRO, Cássia Cassimiro De Oliveira. **DESAFIOS ENCONTRADOS NA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR.** Patrocínio-MG: Centro Universitário do Cerrado, 2017.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O.. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

FRISON, M. D. ; KOGLER, J. T. S. ; MADKE, P. . **Interações pedagógicas em contexto escolar:** Implicações nos processos de ensino e de aprendizagem. In: 33 EDEQ-Encontro de Debates sobre o Ensino de Química, 2013, Ijuí. Encontro de Debates sobre Ensino de Química. Ijuí: Unijuí, 2013. v. 1. p. 1-9.

OLIVEIRA, Gabriel Gonçalves *et al.* Principais desafios na inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional. **Revista Brasileira de Educação Básica**, 2017. Disponível em: <http://rbeducacaobasica.com.br/2017/02/13/principais-desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-no-sistema-educacional/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

VIANA, M.N. **Psicologia escolar:** que fazer é esse? In: Conselho Federal de Psicologia-Brasília – CFP, 2016.